

que, consumada a revolução burguesa do Brasil, mesmo que por um caminho autoritário e conciliador, não tem mais sentido falar sequer numa “revolução nacional e democrática” necessária para abrir caminho ao socialismo. A única revolução que persiste no horizonte histórico do país é a socialista, à qual caberá resolver, inclusive, as tarefas nacionais e democráticas que a revolução burguesa não cumpriu integralmente. Na época histórica do imperialismo e das revoluções socialistas, o desenvolvimento capitalista autônomo deixou de ser viável. É um equívoco sustentar, portanto, a “permanência” de um programa nacional-democrático desvinculado da hegemonia proletária e da transição ao socialismo.

Isso não implica negar a possibilidade e a conveniência de que o proletariado conte, na luta por um regime democrático avançado e por um programa de transformações socialistas, com o apoio dos camponeses pobres e médios, dos demais trabalhadores assalariados e autônomos, dos intelectuais e estudantes progressistas e até mesmo de setores pequeno-burgueses e burgueses, pressionados cada vez mais pelo grande capital estrangeiro e nacional. Nas atuais e desfavoráveis condições do mundo, como a experiência histórica está mostrando, a

construção do socialismo passa por um regime de transição, em que a hegemonia operário-popular pode combinar-se com a participação de outras forças sociais na vida política, a propriedade social com formas de propriedade privada, e um plano parcial com o mercado na coordenação da economia. As idéias e valores socialistas concorrerão também com idéias e valores atrasados e conservadores na cultura por muito mais tempo do que se esperava anteriormente. Esse regime de transição constitui a base objetiva para uma aliança revolucionária ampla e duradoura. Não representa um mero estratagema político. Mas também não configura uma renúncia ao projeto socialista, e sim uma forma de abordá-lo nas novas condições históricas.

Um re-exame mais esmerado do debate sobre a sociedade e a revolução brasileiras e sobre as perspectivas do sistema capitalista-imperialista, travado no passado pelos marxistas, pode ajudar a enfrentar a nova polêmica programática e estratégica que se impõe. Apesar de suas insuficiências e eventuais defeitos, a vasta e persistente obra de reconstituição e avaliação empreendida pelos organizadores e autores da *História do marxismo no Brasil* representa uma coletânea de informações e análises indispensáveis a esse esforço.

A guerra revolucionária acabou?

* Suzeley Kalil Mathias

Héctor Luis Saint-Pierre. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo, ed. da Unesp, 2000.

Segundo a maior parte da *media* não existe alternativa ao capitalismo, ao globalismo no qual tudo se subordina ao

consumo, ao virtual, ao capital financeiro, ao discurso único e unidimensional. Apesar disso, aqui e ali surgem vozes

* Professora da Unesp – campus de Franca – e pesquisadora do NEE-Unicamp

dissonantes, a nos lembrar que sem utopia, sem luta e dor, não é possível encontrar o que Marx chamou de gênero humano. É nesta linha de posicionamento que Saint-Pierre retoma um tema antigo, mas negligenciado por intelectuais e políticos quando deveria ser parte de qualquer debate sério sobre o futuro da revolução: a guerra revolucionária.

Para elucidar o fenômeno, Saint-Pierre divide o livro em duas partes, dedicando a primeira à *teoria* da guerra revolucionária e a segunda, às *formas* que esta assumiu e em que se desenvolveu ao longo da história das lutas populares. Para não dar a idéia de que o objeto de análise é o conjunto das lutas de classe, na introdução discute-se como a violência marca diferentes fenômenos hoje, como de resto sempre marcou – chocando-se, assim, com a promessa da grande águia sobre o fim dos conflitos mundiais, dado o desaparecimento do único inimigo simbolizado na queda do Muro de Berlim (1989) –, reabilitando a guerra interna, entre nacionais e, portanto, apontando para a possibilidade cada vez maior da revolução. É assim que o autor analisa a guerra revolucionária a partir da intersecção entre teoria da luta de classes em sua herança marxista e a teoria da guerra de filiação clausewitziana.

Partindo das questões mais gerais para chegar à apresentação do fenômeno na história contemporânea, no primeiro capítulo Saint-Pierre se dedica à discussão do papel da violência na política ou, mais precisamente, da guerra como fenômeno político. A guerra é resgatada na história da filosofia desde Aristóteles, passando por Políbio até as visões de Lênin e Bobbio. É aqui que se apresentam para o leitor a relação entre econo-

mia e guerra, entre fenômenos bélicos externos e internos, discute-se a revolução no interior da teoria da guerra e, o mais importante, enfatiza-se a violência como um meio da política e a subordinação da guerra à decisão política. Aliás, esta é a tese elucidada ao longo de todo o texto.

Coerente com esta visão, no segundo capítulo o tema é a guerra revolucionária, assim descrita: “O que caracteriza a guerra não são os meios, mas a política a cujos objetivos aquela serve. Portanto, uma guerra será revolucionária se estiver a serviço de uma causa revolucionária, se for a manifestação bélica de uma política revolucionária” (p. 69). Mas seria esta a especificidade da guerra revolucionária; o fato de estar subordinada a uma política revolucionária? Não. Buscando apoio na literatura estratégica, Saint-Pierre afirma que, diferentemente da guerra convencional, que representa belicamente a política conservadora (e, diríamos, burguesa) e que busca o restabelecimento de alguma forma de paz, a guerra revolucionária, respondendo a uma política desestabilizadora das relações de classe, apenas tem como finalidade estratégica o aniquilamento do inimigo, ou seja, o fim das classes sociais. Poder-se-ia dizer, então, que a guerra revolucionária, quando vitoriosa, é a última das guerras e, talvez por isso mesmo, aquela que condensa toda a potencialidade da violência como meio da política.

Justamente por entender a violência como meio inerente à política, no terceiro capítulo o autor apresenta as diferenças entre poder e força e, a partir disso, discute-se a guerra revolucionária internamente, isto é, faz-se uma espécie de anatomia desse fenômeno, mostrando como a opção revolucionária não é algo que se possa apenas realizar, pois

implica opção também moral, e na aceitação moral da violência. Ao discutir a moral e o moral do revolucionário, o autor deixa ver sua paixão, a necessidade de corresponder a uma causa, aquela que responde com violência à violentação de todas as qualidades de ser humano. Assim, a violência sem limites da política hodierna sugere que vivemos um momento excepcional, no qual a utilização de qualquer meio é não apenas compreensível, mas legítima na construção de uma nova ordem.

Já na segunda parte, dedicada às formas, discute-se a insurreição (quarto capítulo) e a guerra popular, em particular a Guerra Popular Prolongada (quinto capítulo), fenômenos apresentados como uma estratégia que se desdobra em várias táticas; e o autor se esforça por mostrar como os diferentes níveis (o político, o estratégico, o tático) se inter-relacionam na ação insurrecional. A correta avaliação desses níveis é fundamental não apenas para o estudo da *política armada*, mas para compreender o momento da luta e como se comportar diante dele. Só assim podemos nos aproximar de líderes como Lênin ou Mao Tsé-Tung.

O sexto capítulo avalia a guerrilha, que é a forma de guerra revolucionária (muitas vezes também da política oficial) mais conhecida por nós, latino-americanos. A despeito do fracasso de Guevara na Bolívia, ou do aniquilamento de quase toda uma geração pelos autoritarismos não tão remotos aqui existentes, Saint-Pierre tem uma visão positiva da guerrilha, não apenas como fato histórico, mas principalmente como mito, que funciona como cimento de vontades revolucionárias.

O caso de Chiapas e o terrorismo são os dois temas tratados no último capítulo.

Aproveitando o próprio fenômeno, o autor retoma a comunicação e a informação como meios importantes da luta revolucionária. Porém, tais meios são agora determinados por uma nova tecnologia, que muda a natureza da guerra e da guerra revolucionária. A forma como os zapatistas chiapanecos fazem uso da *Internet* é, então, tomada como exemplo de mecanismo de se colocar diante do mundo e ganhar uma das grandes batalhas da guerra revolucionária hoje: a opinião pública. Por outro lado, não apenas por esse meio mas também pelos objetivos que persegue, Chiapas não é encarado por Saint-Pierre como uma guerra revolucionária em sentido estrito.

Talvez por ter uma certa simpatia pela guerrilha zapatista, ou pela guerrilha em geral, Saint-Pierre resiste a definir o movimento de Chiapas como reformista. Mesmo levantando, como ele faz, os diferentes critérios que determinam quando uma guerrilha responde a uma política revolucionária, mesmo mostrando que o objetivo dos índios de Chiapas é sua inclusão na política oficial e não a superação desta, em nenhuma linha de *A política armada* diz-se sem pestanejar que a guerrilha zapatista é apenas e tão somente um movimento reformista, apesar de fazer uso da força das armas. Ora, da mesma forma que na Colômbia não há alternativa para as classes dominadas a não ser pegar em armas para fazer valer direitos, ainda que burgueses, no México e em outros países (inclusive o nosso), não apenas agora mas desde os tempos de colonização, parece que a violência é *o meio* de participar da *polis*. Essa forma de se fazer política pode tornar ainda mais difícil ultrapassar a linha

da exclusão a que estão submetidas as classes dominadas, não permitindo que elas adotem a revolução como única forma de libertação. Isto implica aceitar, não sem angústia, que a reforma pode representar o limite da consciência de todos nós. Se esta parece ser uma justificativa razoável para o comportamento do autor, isto é, não levar às últimas consequências seus próprios argumentos, não parece, entretanto, ser a melhor explicação. Para ser coerente com a postura adotada desde as primeiras páginas de seu livro, enfrentar o problema tornaria muito mais coesa e firme sua análise.

Por último, analisa-se o terrorismo, como um fenômeno localizado no limiar da política, isto é, como uma ação de violência potencialmente fora dos limites da política e, que, por isso, pode ou não se assumir como meio tático da guerra revolucionária. É, porém, pelas suas características internas, o meio mais difícil de ser utilizado na guerra revolucionária. A esse respeito afirma Saint-Pierre: “Esta é a difícil tarefa da peculiar função do terrorismo para a revolução: fornecer segurança, coesão e ódio às forças populares e terror às fileiras do aparelho repressivo...” (p. 224). Daí porque esta prática não pode, por todos aqueles que querem compreender a luta armada, ser negligenciada ou esquecida.

Essa peculiaridade do terrorismo leva Saint-Pierre a procurar analisá-lo em todos os seus aspectos, fornecendo ao leitor uma quase arqueologia do terrorismo, formulando e discutindo um modelo que busca tomá-lo não apenas pelas vítimas ou objetivos, mas até pelas armas que utiliza. Apesar disso, a avaliação fica incompleta, pois o terror de Estado, aquele que mata sem alarde e com altas do-

ses de aceitação popular, não é analisado, apenas lembrado. É verdade que o interesse do autor é a teoria da guerra revolucionária e, portanto, apenas lançar algumas luzes sobre o terrorismo como tática de luta. Todavia, a filosofia política não pode e não deve ser alheia à ação política e, sendo assim, avaliar a ação de Estados terroristas (como são a maioria dos Estados burgueses atuais) é também fornecer as armas para o combate popular contra as forças repressivas.

Resultado da revisão de uma tese de doutoramento, *A política armada* é um livro que busca combinar agilidade analítica com rigor acadêmico. Em consequência, o texto é vastamente documentado, oferecendo ao leitor um leque bibliográfico que vai muito além do marxismo. Talvez por isso, embora semelhante a um manual (principalmente a primeira parte), muitas vezes o texto se apresenta ao leitor como herético, posto que aplica modelos de análise diversos para a compreensão do problema, não permitindo classificar a análise em apenas uma corrente teórica. Se, por um lado, com isto o autor assume o papel de intelectual que não pode e sobretudo não deve ter preconceitos, por outro pode implicar uma análise que não chega às últimas consequências do problema, ficando a meio caminho. Não é outra a avaliação de João Quartim de Moraes na apresentação do livro. Os problemas apontados, entretanto, não retiram, também para repetir a apresentação, a coragem de Saint-Pierre em enfrentar o problema, e muito menos a necessidade desse tipo de pesquisa. Assim, para todo aquele que tenha compromisso com a luta por um mundo mais igualitário, este é um livro valioso e indispensável.

MATHIAS, Suzeley Kalil. A guerra revolucionária acabou? Resenha de: SANIT-PIERRE, João Héctor Luis. A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 13, 2001, p. 171-174.

Palavras-chave: Capitalismo; Globalismo; Guerra revolucionária.